



Marumbi
Transmissora de Energia

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 14.820.785/0001-53

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
Balancos Patrimoniais.....	7
Demonstrações de Resultados.....	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1.CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2.BASE DE PREPARAÇÃO	11
3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5.CLIENTES.....	18
6.ATIVO DE CONTRATO	19
7.TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
8.FORNECEDORES.....	20
9.TRIBUTOS	20
10.EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11.PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	22
12.PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	23
13.PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	23
14.RECEITA OPERACIONAL	25
15.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	25
16.RESULTADO FINANCEIRO	25
17.INSTRUMENTOS FINANCEIROS	26
18.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
19.SEGUROS	31
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 14 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Executivo

1. A COMPANHIA

A Marumbi Transmissora de Energia S.A (Marumbi ou Companhia), instituída em dezembro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 06/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão Curitiba - Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,14 km, com origem na Subestação Curitiba e término na Subestação Curitiba Leste e pela Subestação Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Os ativos da Marumbi, são constituídos da seguinte forma:

- Uma entrada de linha de 525 kV na subestação Curitiba da Eletrosul;
- Uma Linha de Transmissão de 525 kV que interliga a subestação Curitiba com a subestação Curitiba Leste passando pelos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais com 29,14 km de extensão;
- Subestação Curitiba Leste 525/230 kV com um Banco de Transformadores de 672 MVA mais um equipamento reserva de 224 MVA e dois Bancos de Capacitores conectados na barra de 230 kV com potência de 100 MVar cada Banco;

Este empreendimento entrou em operação comercial em junho de 2015, com investimentos à época de R\$ 117,7 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Adicionalmente, ainda em junho de 2015, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 018/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Em 2018, foi celebrado Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a Copel GeT e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., a Marumbi e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas S.A para a Copel GeT, ficando esta com 100% das ações da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em milhares de reais	2.022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	235.644	206.848	13,9
Caixa e equivalentes de caixa	17.846	14.206	25,6
Títulos e valores mobiliários	2.463	2.226	10,6
Dívida total	20.001	24.729	(19,1)
Dívida líquida	(308)	8.297	(103,7)
Receita operacional bruta	48.743	38.289	27,3
Deduções da receita	(1.706)	(1.530)	11,5
Receita operacional líquida	47.037	36.759	28,0
Custos e despesas operacionais	(4.112)	(6.153)	(33,2)
Resultado das atividades	42.925	30.606	40,3
Ebitda ou Lajida	42.937	30.619	40,2
Resultado financeiro	(122)	(1.182)	(89,7)
IRPJ/CSLL	(2.050)	(1.351)	51,7
Lucro operacional	42.803	29.424	45,5
Lucro líquido do exercício	40.753	28.073	45,2
Patrimônio líquido	192.862	161.788	19,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,7	1,7	-
Liquidez geral (índice)	5,5	4,6	19,6
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	91,3	83,3	9,6
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	10,4	15,3	(32,0)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	91,0	80,0	13,8
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	86,6	76,4	13,4
Participação de capital de terceiros (%)	18,2	21,8	(16,5)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (LL ÷ (PL inicial))	25,2	21,9	15,1

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCIO LUIS BLOOT

Membros DAIANE MEDINO WOTKOSKI

ELOIR JOAKINSON JUNIOR

JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR

MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ

Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALIN JUNIOR

Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY

ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ

FELIPE SANTOS RIBAS

DIRETORIA

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADORA

CRC-PR-050498/O-1 TATIANE RAMTHUN GUMZ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.846	14.206
Clientes	5	2.635	2.103
Ativos de contrato	6	5.148	4.265
Outros créditos		-	1
Imposto de renda e contribuição social		224	68
Despesas antecipadas		90	51
		25.943	20.694
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	2.463	2.226
Depósitos judiciais		-	23
Ativos de contrato	6	206.909	183.564
Outros créditos		291	291
		209.663	186.104
Imobilizado		5	8
Intangível		33	42
TOTAL DO ATIVO		235.644	206.848

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	18	109	128
Fornecedores	8	466	412
Imposto de renda e contribuição social	9	202	153
Outras obrigações fiscais	9	95	75
Empréstimos e financiamentos	10	4.928	4.918
Dividendos a pagar	13.3	9.679	6.667
Encargos setoriais a recolher		75	62
Pesquisa e desenvolvimento	11	30	25
Outras contas a pagar		15	7
		15.599	12.447
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.810	5.786
Empréstimos e financiamentos	10	15.073	19.811
Pesquisa e desenvolvimento	11	453	376
Provisões para litígios	12	4.847	6.640
		27.183	32.613
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	88.000	73.091
Reserva legal	13.2	8.167	6.130
Reserva de retenção de lucros	13.2	96.695	82.567
		192.862	161.788
TOTAL DO PASSIVO		235.644	206.848

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	47.037	36.759
Custos Operacionais	15	(3.242)	(5.209)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		43.795	31.550
Outras Despesas Operacionais	15		
Despesas com vendas		-	27
Despesas gerais e administrativas		(754)	(894)
Outras despesas operacionais		(116)	(77)
		(870)	(944)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		42.925	30.606
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		1.685	577
Despesas financeiras		(1.807)	(1.759)
		(122)	(1.182)
LUCRO OPERACIONAL		42.803	29.424
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.026)	(713)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.024)	(638)
		(2.050)	(1.351)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		40.753	28.073
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO		0,63574	0,38408

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.753	28.073
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40.753	28.073

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º.01.2021		73.091	4.726	62.565	-	140.382
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.073	28.073
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	1.404	-	(1.404)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(6.667)	(6.667)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	20.002	(20.002)	-
Saldo em 31.12.2021		73.091	6.130	82.567	-	161.788
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.753	40.753
Aumento de capital		14.909	-	(14.909)	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	2.037	-	(2.037)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(9.679)	(9.679)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	29.037	(29.037)	-
Saldo em 31.12.2022		88.000	8.167	96.695	-	192.862

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		40.753	28.073
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		1.804	1.755
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(46.235)	(31.591)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.026	713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	1.024	638
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	227	199
Depreciação e amortização	15	12	13
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	4	(27)
		(1.385)	(227)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		19.679	17.383
Outros créditos		1	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(156)	(50)
Despesas antecipadas		(39)	(24)
Depósitos judiciais		23	(23)
		19.508	17.287
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(19)	7
Fornecedores		54	(49)
Outras obrigações fiscais		20	(2)
Encargos setoriais a recolher		13	12
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(158)	(265)
Outras contas a pagar		8	1
		(82)	(296)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		18.041	16.764
Imposto de renda e contribuição social pagos		(977)	(708)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(1.670)	(1.761)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		15.394	14.295
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(237)	(83)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(237)	(83)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(4.850)	(4.843)
Dividendos pagos		(6.667)	(3.803)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(11.517)	(8.646)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.640	5.566
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	14.206	8.640
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	17.846	14.206
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.640	5.566

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais**

1. Contexto Operacional

A Marumbi Transmissora de Energia S.A. (Marumbi ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 09.05.2042.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de

O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção.

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2022 e de 2021 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, é acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir do exercício de 2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	1.589	1.224
Aplicações financeiras de liquidez imediata	16.257	12.982
	17.846	14.206

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96% e 101,0% (em 2021 96% e 98,30%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de uso da rede elétrica	2.481	11	157	2.649	2.110
(-) Perdas de créditos esperadas	(2)	-	(12)	(14)	(7)
	2.479	11	145	2.635	2.103

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de contrato

Em 1º.01.2021	170.982
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(17.545)
Apropriação (reversão) de litígios	2.801
Remuneração	31.591
Em 1º.01.2022	187.829
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(20.215)
Apropriação (reversão) de litígios	(1.792)
Remuneração	28.850
Ganho por eficiência (6.1)	17.385
Em 31.12.2022	212.057
	Circulante 5.148
	Não circulante 206.909

6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados a moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária do contrato da Marumbi, apurando um ganho de R\$ 17.385.

6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2022	31.12.2021
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,66% a.a.	8,66% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	26.247	21.474

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (NE nº 10).

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	2.463	2.226
		2.463	2.226
	Circulante	-	-
	Não Circulante	2.463	2.226

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

9. Tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	202	153
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	81	63
Outros tributos	14	12
	297	228
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	6.380	5.633
Rendimentos de aplicações financeiras	430	153
	6.810	5.786

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2023	(394)
2024	(394)
2025	(394)
2026	(394)
2027	(394)
2028 a 2030	(1.011)
2031 a 2033	(3.829)
	(6.810)

9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	24.504	24.504	21.474	21.474
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.960	2.940	1.718	2.577
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	869	869	222	222
(=) Base de cálculo	2.829	3.809	1.940	2.799
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	683	343	461	252
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	24.227	24.227	16.814	16.814
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.938	2.907	1.345	2.018
Receita financeira provisionada	815	815	353	353
(=) Base de cálculo	2.753	3.722	1.698	2.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	689	335	425	213

10. Empréstimos e financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
BNDES							
14205851 - A	08.07.2014	168	30.06.2029	2,00% + TJLP	33.460	16.981	19.444
14205851 - B	08.07.2014	106	30.04.2024	6,00%	21.577	3.020	5.285
						20.001	24.729
					Circulante	4.928	4.918
					Não circulante	15.073	19.811

Destinação: Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2024	3.355
2025	2.604
2026	2.604
2027	2.604
2028	2.604
Após 2028	1.302
	15.073

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 01.01.2021	29.579
Encargos e variação monetária	1.754
Amortização - principal	(4.843)
Pagamento - encargos	(1.761)
Em 31.12.2021	24.729
Encargos e variação monetária	1.792
Amortização - principal	(4.850)
Pagamento - encargos	(1.670)
Em 31.12.2022	20.001

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT (a)	-	17	-	17	14
MME	-	8	-	8	7
P&D	291	5	162	458	380
	291	30	162	483	401
			Circulante	30	25
			Não circulante	453	376

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

11.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
	Circulante	Circulante	total	
Em 1º.01.2021	13	7	446	466
Constituições	80	39	80	199
Juros	-	-	1	1
Recolhimentos	(79)	(39)	(147)	(265)
Em 1º.01.2022	14	7	380	401
Constituições	91	45	91	227
Juros	-	-	13	13
Recolhimentos	(88)	(44)	(26)	(158)
Em 31.12.2022	17	8	458	483

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Saldo em 31.12.2021	Adições e Reversões	Transferências s / Outros	Saldo em 31.12.2022
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo (a)	3.839	2.801	6.640	(1.793)	-	4.847
	3.839	2.801	6.640	(1.793)	-	4.847

(a) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 a Companhia não possui passivos contingentes.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022, no valor de R\$ 88.000 (R\$ 73.091 em 31.12.2021) é composto por 88.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Resultado por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	40.753	28.073
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	64.104.694	73.090.963
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,63574	0,38408

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

Conforme estabelecido no art. 199 da lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Assim, pelo mesmo motivo que ocorreu ao final do exercício de 2021, quando foi deliberado um aumento de Capital Social de R\$ 14.909, conforme apontado na DMPL, haverá deliberação por um novo aumento de Capital Social de R\$ 16.161 na próxima assembleia.

13.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício	40.753	28.073
Reserva legal (5%)	(2.037)	(1.404)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	38.716	26.669
Dividendo mínimo obrigatório	9.679	6.667
Total de dividendos	9.679	6.667
Valor do dividendo por ação	0,000151	0,000091

14. Receita Operacional

	31.12.2022	31.12.2021
Receita de operação e manutenção - O&M	6.521	3.897
Receita de juros efetivos e correção monetária	41.678	31.591
Receita de construção (a)	544	2.801
(-) PIS/Pasep e Cofins	(894)	(784)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(227)	(199)
(-) Encargos setoriais	(585)	(547)
	47.037	36.759

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.1

15. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	-	(332)	-	(332)	(385)
Planos previdenciário e assistencial	-	(35)	-	(35)	(23)
Material	(58)	(1)	-	(59)	(10)
Serviços de terceiros	(2.583)	(97)	-	(2.680)	(2.524)
Depreciação e amortização	-	(12)	-	(12)	(13)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(27)	(27)	27
Custo de construção	(544)	-	-	(544)	(2.801)
Outros custos e despesas operacionais	(57)	(277)	(89)	(423)	(424)
	(3.242)	(754)	(116)	(4.112)	(6.153)

16. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.674	512
Rendimento sobre depósitos judiciais	4	39
Acréscimos moratórios sobre faturas	7	26
	1.685	577
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	1.792	1.754
Outras despesas financeiras	15	5
	1.807	1.759
Líquido	(122)	(1.182)

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	17.846	17.846	14.206	14.206
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	2.463	2.463	2.226	2.226
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.635	2.635	2.103	2.103
Total dos ativos financeiros			22.944	22.944	18.535	18.535
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	8		466	466	412	412
Empréstimos e financiamentos (c)	10		20.001	18.408	24.729	23.974
Total dos passivos financeiros			20.467	18.874	25.141	24.386

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	17.846	14.206
Títulos e valores mobiliários (a)	2.463	2.226
Clientes (b)	2.635	2.103
	22.944	18.535

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	533	1.060	4.694	14.365	4.241	24.893
Fornecedores	-	453		13			466
		986	1.060	4.707	14.365	4.241	25.359
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	563	1.125	5.220	18.149	7.125	32.182
Fornecedores	-	408	-	4	-	-	412
		971	1.125	5.224	18.149	7.125	32.594

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,50% e TJLP – 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	2.463	2.771	2.694	2.617
		2.463	2.771	2.694	2.617
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	16.981	(1.197)	(1.497)	(1.796)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Sem Risco	3.020	-	-	-
		20.001	(1.197)	(1.497)	(1.796)

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	20.001	24.729
(-) Caixa e equivalentes de caixa	17.846	14.206
(-) Títulos e valores mobiliários	2.463	2.226
Dívida líquida	(308)	8.297
Patrimônio líquido	192.862	161.788
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	-	0,05

18. Transações com Partes Relacionadas

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento	-	-	-	7	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento	-	-	79	77	-	-	-	-
Dividendos	-	-	9.679	6.667	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	24	21	-	-	268	253	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	441	394	-	-	2.479	2.271
Entidades com influência significativa								
BNDDES e BNDESPAR - Financiamentos (a)	-	-	20.001	24.729	-	-	1.792	1.754
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	97	68	3	3	985	791	-	-
Compartilhamento	-	-	24	36	-	-	-	-
Consumo de energia elétrica	-	-	3	3	-	-	30	33
Complexo Eólico Brisa (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	7	6	-	-
Complexo Eólico São Bento do Norte (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	3	3	-	-
Complexo Eólico Cutia (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	12	11	-	-
Compartilhamento	-	-	6	8	-	-	-	-
Complexo Eólico Jandaíra (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	3	-	-	-
Complexo Eólico Vilas (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	-	-	-	9	-	-	-
FDA Geração de Energia Elétrica S.A. (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	10	9	-	-	111	104	-	-
UEG Araucária Ltda. (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	2	2	-	-	25	22	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	32	38
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	7	8

(a) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Riscos Nomeados	24.08.2023	25.100

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marumbi Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DE
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta de destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 14 de abril de 2023

ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR